



42º Encontro Anual da Anpocs

GT 11: Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais

O efeito “primavera feminista” nas eleições municipais de São Paulo em 2016: candidaturas de feministas pelo PSOL

Dulcilei da Conceição Lima

Paulo Roberto Elias de Souza

Claudio Luis de Camargo Penteado

LuanaHannaê Gabriel Homma

**O efeito “primavera feminista” nas eleições municipais de São Paulo em 2016:
candidaturas de feministas pelo PSOL**

Dulcilei da Conceição Lima¹

Paulo Roberto Elias de Souza²

Claudio Luis de Camargo Penteado³

Luana Hannaê Gabriel Homma⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a emergência de candidaturas feministas a partir da “primavera feminista” na internet que disputaram as eleições municipais na cidade de São Paulo em 2016 e a relação entre as feministas da sociedade civil e institucionalizadas. O movimento organizado e difundido pela internet teve grande importância no aumento da visibilidade e contribuição de desenvolvimento de agenda do feminismo contemporâneo e teve efeitos eleitorais importantes em São Paulo. Através de análise dos perfis das páginas responsáveis pela mobilização e entrevistas com as principais candidatas feministas pelo PSOL-SP, buscou-se identificar a importância da “primavera feminista” no processo eleitoral e a relação atual entre feministas que atuam em esferas separadas da política. Os resultados apontam que a mobilização foi importante para aumento da visibilidade da agenda feminista contemporânea.

Palavras-Chaves: Feminismo Contemporâneo; Internet e Política; Primavera Feminista; PSOL.

¹ Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. Contato: dulcilima78@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livres, Lab Livre/UFABC. Bolsista Capes. Contato: paulorobertosouza@ymail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da UFABC. Pesquisador do Lab Livre/UFABC. Contato: claudiocpenteado@gmail.com.

⁴ Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisadora do Lab Livre/UFABC. Contato: luana.homma@outlook.com.

Introdução

Em outubro de 2016 a Revista Carta Capital destacou a chegada da “primavera feminista” às Câmaras municipais⁵ através de quatro vereadoras eleitas pelo PSOL em quatro capitais: Fernanda Melchionna em Porto Alegre – RS, Áurea Carolina em Belo Horizonte – MG, Sâmia Bomfim em São Paulo – SP e, Marielle Franco na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na qual foi assassinada em um atentado no dia 14 de março de 2014 cujo crime ainda não foi esclarecido⁶.

Além do fato de serem mulheres, com idade entre 27 e 37 anos na ocasião, as candidatas eleitas chamaram a atenção por conseguirem se descolar da sociedade civil organizada para a instância representativa institucionalizada em um processo que foi aprofundado por diversas manifestações nas redes e nas ruas, no movimento que ficou conhecido como “primavera feminista”.

Em um processo frequentemente marcado pelo desentendimento entre movimentos autônomos (especialmente os identitários) e partidos políticos, chama atenção o estabelecimento de diálogo estabelecido principalmente pelo PSOL - Partido Socialismo e Liberdade com as agentes da "primavera feminista" com o objetivo de, por um lado, ampliar seus quadros representativos nas Câmaras Municipais e, por outro, oportunizar às feministas a possibilidade de mediar a relação entre o *político* da sociedade civil, espaço de debate mais intenso de diferenciação e estabelecimento de agendas próprias e a *política* do âmbito das instituições responsáveis pelas tomadas de decisões, de acordo com a distinção proposta por Chantal Mouffe (2015).

A "primavera feminista", como ficou conhecida a série de campanhas ocorridas nas redes sociais em 2015, é resultado de um processo de popularização e disseminação do feminismo no Brasil via ambiente online, particularmente na última década. Uma série de outros eventos somados às campanhas nas redes sociais compõem o fenômeno que pode ser observado a partir da organização da Marcha das Vadias em 2011, as

⁵ Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-feminista-chega-a-camara>>. Último acesso em 16/04/2018.

⁶ Até a conclusão deste artigo o assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes segue com as investigações estagnadas.

Jornadas de Junho em 2013, culminando em 2015 com os atos contra Eduardo Cunha, a Marcha Nacional das Mulheres Negras e as ações nas redes (TADINI, 2016).

Em outubro de 2015, um popular programa culinário de televisão que trazia competidores infantis protagonizou uma polêmica no Twitter, homens adultos faziam comentários sexuais sobre uma participante de apenas doze anos. Os tuítes carregados de insinuações de estupro e pedofilia geraram revolta e inspiraram a ONG feminista Think Olga a desenvolver a campanha #MeuPrimeiroAssédio.

Por meio da hashtag milhares de mulheres compartilharam denúncias de assédio e estupro vivenciados desde a primeira infância. Iniciada no Twitter a campanha ganhou outras redes sociais como o Facebook e promoveu um largo debate sobre as situações de violência que resultam do machismo (TEIXEIRA et al, 2017). No mês seguinte, o coletivo feminista Não me Kahlo protagonizou uma nova campanha que se disseminou pelas redes sociais, a #meuamigosecreto.

A hashtag foi criada em novembro de 2015 a partir da publicação de um microrrelato no Facebook do coletivo “Não me Kahlo” com o uso da expressão “meu amigo secreto” em referência à tradicional brincadeira de fim de ano. O objetivo era chamar atenção para o machismo cotidiano de pessoas próximas, de modo a se contrapor à ideia de que os agressores são sempre desconhecidos. Do Twitter a iniciativa foi para o Facebook, e à primeira postagem seguiram-se milhares. A #meuamigosecreto recebeu a adesão maciça de mulheres que compartilharam relatos de abusos vividos por si mesmas ou por amigas, familiares, vizinhas. Tais campanhas inspiraram outras iniciativas como a #naopoetiseomachismo cujo intento foi denunciar situações de assédio, abuso e violência vivenciados por mulheres nos saraus de São Paulo, e a #agoraéquesãoelas, iniciativa de Manoela Miklos que propôs “a ocupação por mulheres dos espaços em colunas, jornais, revistas e blogs de escritores homens, durante uma semana” (ODARA, 2015).

A recém conquistada visibilidade proporcionada, sobretudo, pelas redes sociais⁷ através de campanhas como as anteriormente mencionadas promoveu a emergência de

⁷ Uma matéria da jornalista Mariana Diniz na Agência EBC em 08 de março de 2016 revela que “de janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo “feminismo” no Google aumentou em 86,7% no Brasil – passando de 8.100 para 90.500 buscas”. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>>. Último acesso em 20/09/2018.

figuras tidas como “influenciadoras digitais” que viriam a se tornar referências nas discussões sobre feminismo dentro e fora das redes (TEIXEIRA et al, 2017). A grande imprensa não ignorou a movimentação e inúmeras matérias e programas de televisão se valeram das “influenciadoras” para apresentar o assunto a um público mais amplo, que não está necessariamente presente nas redes.

Dada janela de possibilidade, diversas ativistas buscaram se eleger para câmaras municipais afim de levar demandas de reconhecimento e direitos para o campo institucional. Se por um lado, em números gerais a quantidade de mulheres não aumentou, em casos específicos foi possível ver algumas vitórias significativas.

Assim, segundo os dados do TSE não houve aumento de mulheres eleitas nas eleições de 2016 (13,5%) em relação a 2012 (13,3%) num quadro geral⁸. Entretanto, houve aumento significativo quando observados os números de vereadoras eleitas nas capitais. Na capital paulista, por exemplo, de cinco mulheres parlamentares em 2012, passou-se a 11 em 2016 (OLIVEIRA, 2016). Em Belo Horizonte, Belém, Recife e Porto Alegre, as mulheres eleitas receberam o maior número de votos entre todos os concorrentes (TADINI, 2016).

Neste contexto, o objetivo principal deste trabalho é analisar o efeito da “primavera feminista” nas eleições municipais de 2016 da cidade de São Paulo, na qual o PSOL apresentou cinco importantes candidaturas à vereança da maior cidade do país, com Sâmia Bomfim sendo a candidata mais votada (12.464 votos) e eleita na 17ª legislatura da Câmara paulistana.

Para tanto, o trabalho está dividido em mais duas partes além desta introdução e seguidos das considerações finais. No tópico a seguir, busca-se apresentar e debater os principais motivos da baixa participação das mulheres na política institucional brasileira historicamente e as tentativas de mudar este cenário.

Na seção seguinte é apresentada a metodologia e as análises dos blogs feministas que participaram ativamente das mobilizações na rede; e, descrição e análise dos perfis das principais candidaturas do PSOL-SP a partir das entrevistas realizadas com as mulheres.

⁸ Dados disponíveis em <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas>>. Último acesso em 20/09/2018.

1. Participação das mulheres na política brasileira

Apesar de corresponder a mais da metade da população brasileira, a participação de mulheres nas esferas decisórias do poder político segue bastante desigual em quase todos os países em comparação com a participação masculina. As mulheres ocupam apenas cerca de 21% de cadeiras parlamentares nacionais. O Brasil ocupa uma das piores colocações no ranking internacional com apenas 9% de mulheres na Câmara dos deputados⁹ (MIGUEL In:MIGUEL & BIROLI, 2014; BIROLI, 2018).

Incide ainda para a baixa participação de mulheres na política uma série de fatores como as exigências cotidianas da vida doméstica, o cuidado com os filhos, “os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina” (MIGUEL In:MIGUEL & BIROLI, 2014 ,p. 94). Assim, cotas eleitorais por sexo foram adotadas como ação afirmativa em vários países a partir do final dos anos 1970 no intuito de corrigir essa distorção.

No Brasil, a Lei das Eleições (nº 9.504/1997) estabeleceu que cada partido deve reservar 30% de suas candidaturas para mulheres. No entanto não há qualquer percentual mínimo para que as mulheres tenham a mesma proporcionalidade nas casas legislativas.

A despeito da adoção de tais medidas, as mulheres que desejam se candidatar a um cargo político precisam superar obstáculos materiais, simbólicos e institucionais interpostos por um ambiente maciçamente misógino e que perpetua “os circuitos de exclusão” ainda mais inóspitos para mulheres oriundas das camadas populares, negras, indígenas e LGBTTQIs (BIROLI, 2018).

De acordo com Gomes (2016), no Brasil há maior presença de mulheres em partidos de esquerda, ainda não há dados suficientes para afirmar as razões de tal ocorrência, especialmente se for considerado o fato de que o país possui características como, a religiosidade, desigualdade social e democracia recente, elementos que em outras nações em situação similar produz resultados distintos. Não se deve presumir, no

⁹ Segundo dados divulgados no site do TSE, as mulheres representam apenas 10% dos deputados federais e 14% dos senadores, nas assembleias estaduais, câmaras de vereadores, e poder Executivo a situação é semelhante. Disponível em:<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos>. Último acesso em 20/09/ 2018.

entanto, que as mulheres envolvidas na política (mesmo as que se alinham à esquerda) formam um grupo homogêneo e defendem a mesma agenda.

Os partidos de esquerda tendem a ter maior número de mulheres e ser mais favoráveis às pautas que focalizam seus direitos, muitas das quais frequentemente defendidas por feministas. A autora, afirma ainda, a partir do resultado de um estudo com as candidatas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2010, que 60% das candidatas em partidos de esquerda já ocuparam cargos de liderança nos partidos, no centro 31,7% e nos partidos de direita 37,5%. Tal dado é relevante porque as lideranças partidárias têm maior condição de elegibilidade pela facilidade de “conseguir apoio às suas candidaturas, acesso à publicidade, tomada de decisão, prestígio interno e indicação para cargos no executivo” (GOMES, 2016, 40).

Apesar da pretensa receptividade e adesão, a relação entre partidos políticos da esquerda tradicional e movimentos identitários, dentre eles os movimentos de mulheres, passou por diversas crises incidindo num afastamento considerável dos movimentos identitários, uma vez que suas agendas frequentemente eram consideradas secundárias em relação à principal agenda da classe trabalhadora (LACLAU e MOUFFE, 2015).

No final do século XX, concomitante à redemocratização, as feministas brasileiras incorporaram como pauta prioritária “o problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder” (MIGUEL, 2014, 94). Desde então, os movimentos feministas interpelam o Estado quanto a incorporação de demandas dos direitos das mulheres a partir da percepção de que também cabe ao Estado a produção de práticas sociais.

Os efeitos da adoção da nova agenda se fizeram sentir na criação do *Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres* em 1985, na “Carta aos Constituintes” elaborada durante o *Encontro Nacional Mulher e Constituinte* em 1986 e na criação da *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres* em 2003. O golpe parlamentar de 2016 encerra os “canais de diálogo entre governo e movimentos feministas”. A ruptura se dá logo após a “*primavera feminista*”, momento em que os feminismos alcançaram uma popularidade inédita (BIROLI, 2018, 73 ebook).

A expansão e consolidação da internet como espaço político contemporâneo contribuiu para a visibilidade de diversos grupos e coletivos políticos tratados

historicamente como defensores de agendas secundárias no espaço público e partidos políticos tradicionais: movimentos LGBTTQIs, indigenistas, negros e feministas passaram a atuar ativamente em redes sociais, blogs e meios de comunicação alternativos na internet, exigindo e se organizando para que suas agendas ocupem cada vez mais espaço na sociedade civil e, progressivamente, nas esferas de decisão dos poderes institucionais.

Concomitante à eleição da primeira presidenta do Brasil (Dilma Rousseff - 2011-2016), o que não significa a adesão ou relação com o seu governo, ocorreu uma expansão de blogs e páginas feministas em redes sociais que diversificam e multiplicam os debates e agendas de temas que vão desde o reconhecimento até a proposta de atuação política institucional.

Os temas abordados nos textos destes blogs e páginas abordam questões mais particulares no que diz respeito à condição da mulher na sociedade brasileira e suas diversas configurações, sendo a blogosfera de mulheres negras uma das mais atuantes; ainda se verifica a pluralidade de debates e diálogos sobre feminismos; a produção de contrainformação política em relação a informações veiculadas através de meios de comunicação, tal como no caso Claudia Silva Ferreira, mulher negra morta ao ser arrastada por uma viatura da PM no Rio de Janeiro e que foi tratada de forma inadequada pela mídia hegemônica gerando mobilização em blogs e redes sociais (LIMA et al, 2017); convocação e cobertura de atos públicos; e, divulgação e concessão de espaço através de textos e entrevistas para lideranças políticas mulheres.

2. Metodologia e análise

2.1. Metodologia

A metodologia deste trabalho aplicada ocorreu através de análise qualitativa das páginas e blogs responsáveis pelo levante da “primavera feminista” nas redes, “Não me Kahlo” e “Think Olga”, através da utilização da metodologia de pesquisa em blogs (PENTEADO et al, 2009) em suas etapas de mapeamento e descrição histórica dos blogs.

Em seguida, foram descritas e analisadas as trajetórias políticas das quatro principais candidatas do PSOL à Câmara de São Paulo¹⁰, seguida de entrevistas com as mesmas, a saber: Sâmia Bomfim, atualmente vereadora do município de São Paulo; Adriana Vasconcellos, mulher negra, feminista, atualmente suplente no município de São Paulo; Professora Luiza Coppieters, mulher trans, não eleita; e, Isa Penna, feminista, atualmente suplente no município de São Paulo.

Os roteiros de entrevistas qualitativos, de acordo com a proposta de Lima (2016) foram desenvolvidos para os dois grupos distintos e com o objetivo de compreender a interpretação particular de cada entrevistada acerca da “primavera feminista”; a percepção das agentes da sociedade civil acerca da própria atuação política e a percepção da atuação das feministas no campo institucional; e, o inverso para as feministas institucionalizadas.

2.2. Blogs feministas

2.2.1. Não me Kahlo¹¹

O Não me Kahlo (NK) nasceu como uma página no Facebook em julho de 2014, o blog surgiu um ano depois em março de 2015. Atualmente, quatro mulheres coordenam as ações do coletivo que foi o responsável pela campanha #meuamigosecreto que tomou as redes sociais no final de 2015 e rendeu a publicação do livro *#Meu Amigo Secreto: Feminismo além das redes*, Edições de Janeiro, 2016.

O blog e suas redes sociais são utilizados como meios para aprofundar estudos e compartilhar ideias sobre feminismo, além de promover ações e campanhas que tenham a luta por direitos das mulheres como objetivo.

Na aba “Sobre” do blog, são apresentadas quatro mulheres responsáveis pelo Não Me Kahlo: i) Bruna Leão Rangel que tem graduação em Direito pela UnB (Universidade

¹⁰ Não foi possível realizar uma entrevista formal com a candidata Maria Rita Casagrande, mulher negra, feminista e ex-coordenadora do Blogueiras Negras. As autoras deste trabalho optaram por retirá-la totalmente da análise para não comprometer a metodologia.

¹¹ Disponível em <<http://www.naomekahlo.com/>>. Último acesso em 20/09/2018.

de Brasília), e uma pós-graduação em andamento em Sociologia e Cultura pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). ii) Thaysa Malaquias que Arquiteta pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), trabalhando na área, como autônoma. iii) Gabriela Moura, escritora, desenhista e relações públicas formada pela UEL (Universidade Estadual de Londrina). iv) Flávia Dias, jornalista e mestra em comunicação e cultura pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

As publicações do blog podem ser acessadas através do arquivo, organizado por mês/ano, ou por tags, sendo que estas variam entre vertentes feministas (feminismo radical, feminismo interseccional, feminismo negro, etc.), tipos de violência contra a mulher (violência simbólica, violência obstétrica, transfobia, etc.), tópicos de cultura (documentário, cinema, séries de TV, etc.), entre outros.

As redes sociais linkadas no blog contam com páginas como Facebook, Twitter, Youtube e Instagram. Como já mencionado, o Não Me Kahlo se iniciou com uma página no Facebook¹² que hoje tem mais de 1 milhão de likes, e, assim como a conta do Twitter¹³ (com 94 mil seguidores) conta com conteúdo produzido pelo coletivo como textos e imagens, mas também compartilham notícias, eventos e conteúdos de outras fontes.

A página do Youtube¹⁴ possui 30 vídeos publicados entre 2015 e 2018, e cerca de 3,1 mil inscritos. O vídeo com maior número de visualizações, “Quem você vai ajudar”¹⁵, é uma campanha produzida pelo governo de Ontario, no Canadá, sobre violência sexual. O vídeo recebeu legendas em português para que fosse acessível ao público brasileiro. No Instagram¹⁶, além das imagens e textos, utilizam o Stories para comunicação com as seguidoras, e inclusive para divulgar os posts do blog (também divulgam eventos e outras programações). Nesta rede social contam com 78,8 mil seguidores.

Além do protagonismo na campanha #meuamigosecreto, o Não me Kahlo participou ativamente dos debates e mobilizações suscitadas pelo projeto de lei 5069/13,

¹² Disponível em <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/>>. Último acesso em 20/09/2018.

¹³ Disponível em <<https://twitter.com/NaoKahlo>>. Último acesso em 20/09/2018.

¹⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCLMp2AgzSZrEZh1XzJXeXw>>. Último acesso em 20/09/2018.

¹⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JxRrz6CTPCo>>. Último acesso em 20/09/2018.

¹⁶ Disponível em <<https://www.instagram.com/naokahlo/>>. Último acesso em 20/09/2018.

do então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que ficou conhecido como “PL do estupro”. Em outubro de 2015, o coletivo publicou o artigo “O que muda com o PL 5069/13?”¹⁷ explicando o projeto de lei e seu impacto no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e na garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Esse PL deflagrou uma série de protestos nas ruas e nas redes.

2.2.2. Think Olga¹⁸

Criada em 2013, a Think Olga é uma ONG feminista “com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação. O projeto é um *hub* de conteúdo que aborda temas importantes para o público feminino de forma acessível”¹⁹. Assim, se colocam como um “*hub* de mulheres, sobre mulheres e para mulheres”, indo contra a hegemonia dos disseminadores de informação e possibilitando espaços de fala para quem não os teria. Colocam como valores da ONG a interseccionalidade, a colaboração, a transparência e a inovação.

Apesar de não constar no blog, em busca no LinkedIn (rede linkada no próprio blog) pode-se encontrar seis pessoas como funcionárias da Think Olga, todas da área de comunicação: i) Nana Lima, publicitária formada pela FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado); ii) Mariana Cordeiro, também formada em Publicidade e Propaganda pela FAAP; iii) Thais Lopes, publicitária formada na UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais); iv) Maira Liguori, graduada em Jornalismo pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); v) Débora Albarello, jornalista pela Universidade do Norte do Paraná; e vi) Paula Chang, bacharel em Cinema pela FAAP.

O conteúdo do blog se divide em diversas abas, e é todo classificado com tags. As abas de conteúdo que dividem o blog são: “Projetos”, entre eles o “Chega de FiuFiu” e a campanha “Primeiro Assédio”; Artigos”; “Vídeo+Galeria”, com as séries produzidas pela ONG e publicadas no Youtube; “Agenda”, com as datas de eventos da Think Olga,

¹⁷ Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/10/26/O-que-muda-com-o-PL-506913>>. Último acesso em 23/09/2018.

¹⁸ Disponível em <<https://thinkolga.com/>>. Último acesso em 20/09/2018.

¹⁹ Disponível em <<https://thinkolga.com/sobre/>>. Último acesso em 20/09/2018.

especialmente relacionados ao projeto e ao filme “Chega de FiuFiu”; e “Especiais”, com estudos, análises e pesquisas principalmente relacionados a jornalismo.

As redes sociais que constam no blog são o Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn. Em todas as redes citadas predominam majoritariamente conteúdo produzido pela ONG, como textos, imagens e vídeos. Também divulgam links para notícias e chamadas para eventos relevantes.

A página do Facebook²⁰ conta com cerca de 179 mil curtidas, e teve início em abril de 2013. São 106 mil seguidores no Twitter²¹, e 76,2 mil no Instagram²². No Youtube²³ tem 19 mil inscritos, e foram publicados 75 vídeos de 2015 até hoje: incluindo algumas “séries” como “Pergunte a Ela” e “Olga explica”. Por fim, há o link para o LinkedIn²⁴, com cerca de 1,9 mil seguidores.

Conquistaram grande visibilidade com as campanhas *Chega de FiuFiu*, nascida em 2013 e *Meu Primeiro Assédio*, de 2015, que evidenciaram situações de assédio sofridas por mulheres nos espaços públicos e privados através da disseminação das hashtags #chegadefiufiu e #meuprimeiroassedio.

A campanha *Chega de FiuFiu* tinha o propósito de combater o assédio sexual em locais públicos. Para tal, foram elaboradas e publicadas “ilustrações com mensagens de repúdio” a esse tipo de atitude. Em duas semanas quase 8 mil pessoas já haviam aderido à campanha nas redes sociais e a repercussão gerada atraiu a atenção de grandes veículos de comunicação.

O blog Think Olga produziu diversos conteúdos acerca da participação das mulheres na política: artigos, vídeos e infográficos que tratam desde mulheres que inspiram, na política, até explicações sobre leis eleitorais e relacionadas à vida das mulheres.

²⁰ Disponível em <<https://www.facebook.com/thinkolga/>>. Último acesso em 20/09/2018.

²¹ Disponível em <<https://twitter.com/thinkolga>>. Último acesso em 20/09/2018.

²² Disponível em <https://www.instagram.com/think_olga/>. Último acesso em 20/09/2018.

²³ Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCKx8xu0mNhNP0QCSQ5To7GQ>>. Último acesso em 20/09/2018.

²⁴ Disponível em <<https://www.linkedin.com/company/think-olga/?originalSubdomain=pt>>. Último acesso em 20/09/2018.

Anualmente desde 2013²⁵, o Think Olga realiza uma publicação indicando mulheres inspiradoras do ano que se encerra, tendo diversas categorias, incluindo “Política e Estado”. Em 2014²⁶, Isa Penna é citada por sua candidatura a Deputada Estadual pelo PSOL (lembrando de sua denúncia ao machismo quando o Porta UOL publicou a lista “as mais belas candidatas” daquela eleição). Naquele ano foram também incluídas na lista: Margarete Coelho (deputada estadual do Piauí pelo Partido Progressista, e eleita vice-governadora em 2014, pelo mesmo partido), Telma de Souza (deputada estadual em São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores), Lucimara de Passos (vereadora de Aracajú (SE) pelo Partido Comunista do Brasil, incluída na lista por confrontar os colegas vereadores por seus discursos machistas), Luciana Genro (candidata à presidência pelo PSOL, naquele ano) e, Sharon Caleffi, criadora da página “Vote numa feminista”, destacando as candidatas feministas daquele ano.

Em 2016 são citadas na lista de mulheres inspiradoras²⁷ seis candidatas a vereadoras pelo Brasil, três delas pelo PSOL: Áurea Carolina (negra e feminista, eleita vereadora em Belo Horizonte (MG) com o maior número de votos – 17.420), Marielle Franco (também negra e feminista, se elegeu vereadora do Rio de Janeiro (RJ), e assassinada no início de 2018), e Sâmia Bomfim (indicando, além de seu perfil, sua participação na “primavera feminista”, organizando atos contra a PL 5069). As outras candidatas citadas neste ano são Carol Protesto, do PT (Partido dos Trabalhadores), que não foi eleita, mas é colocada como um nome importante por ter apenas 19 anos e ter sido parte do movimento de ocupação das escolas estaduais de São Paulo (SP) em 2015; e Margarida e Diva Maxakali, ambas do PRB (Partido Republicano Brasileiro), indígenas, e eleitas no município de Santa Helena de Minas (MG), sendo Margarida a segunda vereadora mais votada e Diva eleita vice-prefeita.

Em 2017²⁸ Sâmia Bomfim é citada por ser a vereadora mais jovem eleita, e por sua combatividade na função de vereadora. Também citam outras Érika Kokay (deputada

²⁵ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2013/12/19/as-mulheres-inspiradoras-de-2013/>>. Último acesso em 23/09/2018.

²⁶ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2014/12/08/mulheres-inspiradoras-de-2014/>>. Último acesso em 23/09/2018.

²⁷ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2016/11/30/mulheres-inspiradoras-de-2016/>>. Último acesso em 23/09/2018.

²⁸ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2017/12/13/mulheres-inspiradoras-de-2017/>>. Último acesso em 23/09/2018.

federal pelo Partido dos Trabalhadores, do Ceará, que votou contra a PEC 181/2015 que buscava tornar o aborto crime em todas as situações, incluindo as hoje legalizadas pela legislação), Luzianne Lins (deputada federal também do Partido dos Trabalhadores, do Ceará, por propor a “Lei Lola”, atribuindo a investigação de crimes de ódio contra as mulheres pela internet à Polícia Federal), e as senadoras Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffman (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-MA), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) por protestarem contra a sessão para tratar da reforma trabalhista.

Em 2015, no mês de abril, o artigo “Por que ainda somos minoria nos espaços de poder?”²⁹ evidenciando dificuldades para a participação política das mulheres que, mesmo com os direitos políticos garantidos constitucionalmente e com legislações que visam uma proporcionalidade de candidaturas entre homens e mulheres, enfrentam dificuldades para se eleger e se manter em posição de poder dentro das esferas de decisão.

Ainda em 2015, foram publicados dois artigos³⁰ tratando do tema aborto, incluindo questões sobre o Projeto de Lei 5069/2013, o motivo principal de as mulheres se mobilizarem nas ruas naquele ano.

No mesmo ano é publicado um artigo intitulado “Uma primavera sem fim”³¹, tratando da “primavera feminista” com infográficos produzidos a partir de estudo realizado em parceria com a Agência Ideal. No texto de apresentação do material gráfico as autoras colocam a importância da internet para “o ano da primavera das mulheres”, que se espalhou pelas ruas e redes:

2015 se encerra conhecido como o ano da primavera das mulheres. O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam. E a internet também foi um dos campos de batalha do feminismo esse ano. Foi por meio de campanhas, hashtags, denúncias e respostas espertas a machismos

²⁹ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/04/30/por-que-ainda-somos-minoria-nos-espacos-de-poder/>>. Último acesso em 23/09/2018.

³⁰ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/5069-razoes-para-lutarmos-pela-vida-das-mulheres/>> e <<https://thinkolga.com/2015/10/25/5069-razoes-para-lutarmos-pelas-nossas-vidas/>>. Último acesso em 23/09/2018.

³¹ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>>. Último acesso em 23/09/2018.

em geral que o movimento se popularizou na rede e mostrou como pode se fazer presente no dia a dia das mulheres. Quase metade da população brasileira está conectada, a internet é um meio de comunicação poderoso e o machismo faz parte do cotidiano virtual também - o feminismo nada mais é que uma forma combatê-lo em todas as suas manifestações, inclusive online.³²

No infográfico são pontuados alguns temas importantes para o que chamam de “o ano do feminismo na internet”, como por exemplo as hashtags #PrimeiroAssedio, #MeuAmigoSecreto e #ChegaDeSilêncio; a premiação da atriz Viola Davis no Emmy, a primeira mulher negra a ganhar o prêmio de melhor atriz dramática; a aprovação da Lei do Feminicídio; e as Marchas das Mulheres Negras e das Margaridas.

Na série “Olga Explica”³³, o segundo episódio, publicado em setembro de 2018, um vídeo explicita a pequena quantidade de mulheres na política mundial, evidenciando legislação nacional que visa diminuir essa discrepância. Ainda no mesmo mês, foi publicado o “Especial Mulheres na Política”³⁴, um conteúdo em pdf tratando da importância da participação feminina (e feminista) na política institucional.

Entre as múltiplas ações desenvolvidas pela OnG a que de fato obteve maior repercussão foi a campanha #meuprimeiroassedio. Lançada no Twitter em 21 de outubro de 2015, a campanha obteve rápida e numerosa adesão, em apenas quatro dias (em 25 de outubro do mesmo ano) já contava com mais de 82 mil tuítes. A equipe Think Olga analisou 3.111 histórias compartilhadas por meio da hashtag e produziu alguns dados estatísticos que demonstram a presença precoce da violência sexual na vida das mulheres. Segundo tais dados, a média de idade do primeiro assédio é aos 9 anos aproximadamente e em 65% dos casos os abusos são protagonizados por pessoas do círculo de confiança da menina, como pais, avós, amigos da família, tios, padrinhos, padrastos e irmãos.

2.3. Candidaturas femininas do PSOL em São Paulo – SP

³² Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>>. Último acesso em 23/09/2018.

³³ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/09/04/serie-olga-explica-episodio-2-mulheres-na-politica/>>. Último acesso em 23/09/2018.

³⁴ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/09/20/especial-olga-mulheres-na-politica/>>. Último acesso em 23/09/2018.

Foram entrevistadas quatro candidatas femininas do PSOL na capital paulista nas eleições de 2016. O quadro 1 apresenta um perfil sintetizado das candidatas:

Quadro 1: Perfil das candidatas entrevistadas

Candidata	Histórico de Ativismo	Filiação partidária	Formação / Profissão	Eleições disputadas	Votos em 2016*
Adriana Vasconcellos	Educação Feminismo Negro Legalização das drogas	2016	Geografia / Professora	1	5.279
Isa Penna	Estudantil Feminismo	2009	Direito / Advogada	2	12.439
Luiza Coppieters	Estudantil LGBTBQI+	2015	Filosofia / Professora	1	9.744
Sâmia Bomfim	Estudantil Sindicalismo Feminismo	2011	Letras / Funcionária Pública	1	12.464

Fonte: Elaboração própria.

* Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2016/apuracao/sao-paulo.html>>. Último acesso em 20/09/2018.

À exceção de Luiza Coppieters, todas as entrevistadas tem um histórico de atuação no campo feminista, mas não necessariamente em grupos organizados, de acordo com as descrições qualitativas mais adiante.

Todas as entrevistadas atuaram em mais de uma agenda política, especialmente no movimento estudantil que tem influência na formação política de todas as entrevistadas, exceto de Vasconcellos que, por outro lado, tem uma agenda de legalização das drogas.

As candidatas mais votadas no pleito são também as candidatas com mais tempo de filiação no partido, Bomfim com cinco anos e Penna com sete anos de ligação com o PSOL tiveram apenas 25 votos de diferença. Apesar disso, Coppieters teve quase dez mil votos com apenas dois anos de vínculo. Vasconcellos foi a mulher negra mais votada da capital paulista, mas com menos da metade das votações de Bomfim e Penna, o que

demonstra certa falta de visibilidade de candidaturas de mulheres negras, independentemente do espectro político.

2.3.1. Adriana Vasconcellos

A candidata Adriana Vasconcellos é Professora de geografia da rede municipal de São Paulo. Interrompeu o mestrado em educação para se candidatar a vereadora em 2016. A professora afirma que a sua militância ocorre em sala de aula, entendendo que com a educação busca uma mudança social, mas também conquistou mudanças pessoais:

Os meus alunos são alunos de periferia (...) com um histórico de vida que eu nunca tinha tido, porque embora eu seja uma mulher negra a gente sai da curva, minha família, a gente sai dessa curva que nos foi deixada de herança que é a pobreza.” (VASCONCELLOS, 2018).

Vasconcellos considera a estrutura da política institucional propositalmente complexa afim de parecer para os cidadãos de fora deste que eles não são suficientemente capacitados em detrimento de outras pessoas que teriam esta capacidade. A professora ressalta que compartilhava deste sentimento antes de 2016 ano em que decide se candidatar, apesar de não ter conhecimento sobre o funcionamento da política partidária.

A ligação entre Vasconcellos e o PSOL foi estabelecida a partir da intermediação de um líder religioso (candomblé) com o presidente estadual do partido. Após a apresentação do partido pelo presidente estadual, Vasconcellos afirmou que viu que o PSOL teria abertura para as questões de feminismo, negritude, lgbtfobia etc. (VASCONCELLOS, 2018).

2.3.2. Isa Penna

A candidata Isa Penna é advogada trabalhista. Segundo seu depoimento, o envolvimento com política partidária de esquerda é algo presente desde a infância, pois seus pais eram militantes do PT – Partido dos Trabalhadores.

A vida política de Penna teve início aos 16 anos, ao participar de uma manifestação política e, posteriormente, organizar um jornal na escola. Aos 17 anos, quando ingressou no curso de Direito na PUC São Paulo, envolveu-se ainda mais no ativismo político: em 2010 funda, com outras mulheres, o Coletivo Feminista Yabá e no movimento estudantil, através do qual afirmou que a fez manter articulação com outros movimentos sociais como o MTST, por exemplo.

Segundo Penna, no movimento estudantil havia uma certa resistência em relação à política institucional, “essa ideia de que política se faz nas ruas, essa ideia dessa geração um pouco que questionava muito essa institucionalidade, o sistema político, tal.” (PENNA, 2018). Ainda enquanto universitária acompanhou “Junho de 2013” depois de graduada participou da “primavera feminista”.

É advogada trabalhista e acabou se especializando em advogar em temas específicos para as mulheres (pensão alimentícia, assédio sexual no trabalho, violência doméstica, etc.).

Penna se aproximou do PSOL na PUC-SP em 2009 através dos coletivos de juventude do partido que atuavam na universidade. Em 2013 o coletivo que fazia parte entende a importância de lançar uma voz nas eleições: “dessas expressões políticas de rua, do feminismo, e tal. Então a gente decidiu que era importante uma mulher jovem ser candidata e ter essas bandeiras com centralidade.” (PENNA, 2018). Em 2014 foi candidata pela primeira vez (a única das entrevistadas que disputou mais de um pleito) a deputada estadual, e como resultado conquista sete mil votos. A candidata afirmou que o custo de sua campanha foi de menos de um real por voto recebido.

Em 2016 foi a terceira candidatura mais votada do PSOL, o que lhe garantiu a primeira suplência do partido. Segundo Penna, o programa político defendido por ela é:

(...) voltado para o debate da mulher no espaço público, iluminação pública, restaurantes públicos, lavanderias coletivas... A ideia de transformar o espaço da cidade para que não seja intimidadora à mulher (...) [em consonância com as atividades realizadas no projeto “SP pras Minas”, que tinha como ideia] falar com mulheres de vários setores da cidade, e ir perguntando o que as mulheres achavam que podia mudar na cidade para melhorar a relação delas com o espaço público. (PENNA, 2018).

2.3.3. Professora Luiza Coppieters

Luiza Coppieters estudou Filosofia na Universidade de São Paulo, segundo ela mesma para participar da vida política. Em 2016 interrompeu o mestrado para se candidatar à vereança pelo PSOL. Entrou no Centro Acadêmico de seu curso em 2000, tendo também se envolvido, durante a graduação, com o cursinho popular da Acepusp.

O processo de transição, segundo Coppieters, foi bastante violento. Se iniciou em 2011 e conclui-se em 2014 quando expôs sua transexualidade no Colégio onde lecionava, passando por episódios de assédio até a demissão, em 2015.

Coppieters tornou o processo de demissão público através de meios de comunicação, quando seu caso passou a ter uma visibilidade mais ampla. Após este processo, foi convidada pela “Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” para participar das atividades; concomitantemente, passou a ser convidada para palestrar e falar sobre transexualidade.

Segundo Coppieters, em 2015 atuou na votação dos Planos Municipais de Educação e passou a trabalhar com o vereador Toninho Vespoli (vereador pelo PSOL-SP) e, conseqüentemente, a convite de Vespoli, se filia ao partido.

Por outro lado, Coppieters coloca que em sua vida privada enfrentou diversos problemas, tais como a já citada demissão, falta de dinheiro, despejo, desenvolvimento de síndrome do pânico, dentre outros problemas.

Assim, Coppieters considera que sua campanha foi precária por falta de recursos e pelo momento enfrentado. Acrescenta ainda um problema interno do campo feminista: sofreu ataques de mulheres que classificou como feministas radicais (RadFem): “Então teve esse ataque, que aliás, foi uma das coisas que eu acredito, que impediu que eu ganhasse a eleição, que eu fosse eleita” (COPPIETERS, 2018).

2.3.4 Sâmia Bomfim

Sâmia Bomfim iniciou sua militância no movimento estudantil da USP (Centro Acadêmico do curso de Letras e Diretório Central de Estudantes). Em 2010 atuou na campanha do candidato à presidência Plínio de Arruda Sampaio através de panfletagens e outras atividades. Se filiou ao PSOL em 2011, a convite amigos da faculdade filiados ao partido, mas entende que sua atuação era “tímida”, e que seu envolvimento maior com o partido se dá em Junho de 2013 (BOMFIM, 2018).

Bomfim disputou uma eleição pela primeira vez em 2016, na qual afirmou que sua candidatura tinha como proposta “apresentar um contraponto ao modelo político vigente, por eu ter um perfil diferente da maioria dos legisladores do país, então, mulher, jovem, feminista, oriunda dos movimentos de rua...” (BOMFIM, 2018).

Segunda Bomfim (2018), sua candidatura foi uma escolha coletiva do Juntos - coletivo do PSOL do qual Sâmia faz parte - por seu destaque na “primavera feminista”, e por seu perfil enquanto mulher, jovem e feminista. O gasto da campanha foi de cerca de 20 mil reais, com cotação militante e doação, inclusive de professores, sendo as redes sociais, em suas palavras, “imprescindíveis”, não apenas para a campanha, mas também para o mandato. Foi eleita a vereadora mais jovem do município de São Paulo, aos 27 anos.

2.3.5. As candidatas e a primavera

As entrevistadas compreendem que a “primavera feminista” foi um momento muito importante para a visibilidade da agenda feminista contemporânea, mas a avaliação acerca da relevância no cenário político é variável. No quadro 2 abaixo, está exposta sinteticamente o tipo de engajamento e análises pessoais das candidatas acerca da “primavera feminista”.

Quadro 2: Participação e análise da “primavera feminista” pelas candidatas entrevistadas

Candidata	Participação	Análise dos impactos do movimento
Adriana Vasconcellos	Redes Sociais	Um “divisor de águas” sobre a visibilidade e avanço da luta e agenda feminista; Empoderamento;
Isa Penna	Redes Sociais Ruas	Agregação feminina transversal; Contribuiu para confirmação e alinhamento da agenda política;
Luiza Coppieters	Redes Sociais	“Flash Mob”; Pouco resultado orgânico;
Sâmia Bomfim	Redes Sociais Ruas	Afirmação da agenda feminista e da importância da representação feminina na política; Se descobriu feminista.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme o quadro acima, de modo geral há um consenso por parte das entrevistadas acerca de que a “primavera feminista” foi de grande importância, ao mesmo tempo em que o significado particular é variável, com grande importância pessoal para Bomfim, enquanto que a análise das demais é mais social. Neste sentido, chama atenção as leituras do movimento político a partir das particularidades das candidatas.

Vasconcellos afirmou que participou exclusivamente através de ações nas redes sociais, uma vez que precisava cuidar dos filhos. A professora destacou que contribuiu para a visibilidade e atualização da agenda feminista para diversas mulheres, ao mesmo tempo em que contribuiu para um alinhamento com a agenda feminista internacional. Nas palavras de Vasconcellos (2018):

[a “primavera feminista”] foi um divisor de águas, porque tinham mulheres ali que não sabiam nem da sua própria força. A união, porque às vezes a gente está falando e acha que está pensando sozinha, que não existem mais vozes que pensam como. Então ali foi uma libertação para muitas mulheres, também. E essa junção, esse não estou sozinha pensando dessa forma, não sei como vai ser daqui para frente mas não vai ter volta. E realmente evoluiu muito. Foi uma questão mundial essa questão do feminismo. Eu vejo como um divisor de água mesmo, abarcando outras questões que, como a gente já colocou, que não é só o trabalhar fora, não é só o direito ao divórcio, é uma outra situação, um outro lugar, um outro momento, e é eu falar por mim, eu falar pelo meu corpo, você não vai mais dizer o que é, o que não é, se eu posso, se eu não posso... Então acho que isso ficou muito mais forte. [...]E aí a gente tem agora muito forte a questão do aborto, que a gente não vai abrir mão. Tem aí correntes muito fortes, eu digo que são facções, e aí passa pela questão religiosa, e aí eu digo

que são facções mesmo, que também ganham com a questão de... E aí passa pela questão do feminicídio, a menina que mais morre é a menina negra que vai lá fazer o aborto clandestino... E tem clínicas de reprodução humana que fazem aborto dentro da própria clínica, e cobra horrores, e as meninas que podem pagar vão lá e fazem. Então é uma pauta que é muito cara e que a gente não abre mão disso. E que antes não era tão incisiva, essa questão. Existia, falava-se sobre, passamos pela questão da pílula, tudo tal, mas hoje é ímpar, é isso, vamos falar sobre isso e vamos conseguir essa legalização.

Na avaliação de Penna, a “primavera feminista contribuiu para o alinhamento e ratificação da agenda que ela já defendia no cotidiano, nas eleições de 2014 e, conseqüentemente, na candidatura de 2016, em um primeiro momento como movimento de continuidade de “junho de 2013”:

A Primavera Feminista foi um momento muito importante, eu acho que ela foi um pouco sequência de Junho de 2013. Primeiro um público muito jovem, mulheres jovens de todos os cantos de São Paulo, um potencial muito grande, então a gente tinha desde meninas que estudam na PUC até a mulherada que mora no Capão Redondo, todo mundo articulando, todo mundo construindo junto, todo mundo ocupando as ruas, principalmente, junto. Então foi ótimo, foi um movimento que veio muito em função dos desmandos de um parlamento que é surdo aos interesses populares de uma forma geral, mas em especial dos das mulheres, então foi uma reação muito forte contra o Eduardo Cunha, contra um projeto de lei que dificultava o acesso às pílulas do dia seguinte, dentre outras coisas, que dificultava o acesso aos procedimentos abortivos. E a gente foi contra isso, foi uma sublevação feminista, meio que espontânea, espontânea que eu quero dizer assim, que bombou, foi fundamental, acho que foi um fato político muito marcante porque marcou muito essa onda feminista de ocupação dos espaços. (PENNA, 2018).

Mas também, segundo Penna (2018) como a confirmação das ideias e agendas que ela defendia enquanto candidata nas eleições de 2016:

Eu acho que foi muito marcante, sem dúvida nenhuma, para a nossa campanha. Sem dúvida. Eu já tinha sido candidata quando veio a Primavera Feminista, mas sem dúvida nenhuma foi a expressão de um movimento do qual a gente era parte também. A gente já estava no meio desse fervilhão todo, então foi muito marcante, muito estruturado, confirmou muitas coisas que a gente já achava que estava acontecendo.

Além de diversos aspectos citados por Vasconcellos e Penna, Bomfim ressaltou o aspecto do reconhecimento e da importância de eleger mulheres para as instâncias

representativas. Sobre o primeiro ponto, a vereadora paulista destaca a própria experiência pessoal:

Seja do ponto de vista particular da formação da minha personalidade, e de me compreender enquanto uma mulher feminista, o que que isso significa, a postura que você tem na política, no parlamento, completamente... Essas coisas que a gente sempre diz que por mais que a gente decai às vezes, de não abaixar a cabeça, de enfrentar, de não calar a boca, de não se permitir ser silenciada, pautar temas que não costumam ser pautados... Essa rebeldia, eu diria assim, é algo que foi se desenvolvendo em mim, que não é natural mas que aconteceu muito pelo processo do feminismo, do reconhecimento com as lutas, assim. Eu estava um pouco sem, a gente fala, um pouco sem localização na militância. Eu estava trabalhando na Universidade de São Paulo, eu sou servidora, atuava muito no sindicato, mas eu não me encaixava muito, porque o sindicalismo é casca grossa, é muito difícil você ser uma mulher e se adequar a ele. Mas aí o feminismo foi fundamental para eu encontrar um lugar, na secretaria de mulheres do sindicato, então foi um (...) refúgio e uma possibilidade de atuação grande.(BOMFIM, 2018).

Em relação à representatividade, Bomfim (2018) considera que:

(...) boa parte da aceitação ou da aprovação que o mandato tem em alguns setores da sociedade tem a ver com esse fenômeno do avanço de consciência sobre a necessidade de ter mulheres nos espaços de poder, de ter essa postura feminista, eu diria, e de pautar esses temas. Mas também o resultado eleitoral tem a ver com isso igualmente, e enfim, eu acho que é total, assim.

A influência para Bomfim (2018) foi de tamanha relevância que o número de candidatura da servidora era composto pelo 50 do partido e pelo 180, número da Central de Atendimento à Mulher³⁵ em um claro aceno ao eleitorado feminino.

Por fim, Coppieters adota um tom mais crítico em relação à “primavera feminista” ao caracterizar o movimento como performático. No entanto a filósofa reconhece algumas vitórias:

Eu vou fazer uma crítica né, a gente cria nomes bacanas para movimentos que são flashmob. O máximo que a gente fez é flashmob. O que se criou de orgânico aqui, da tal da primavera feminista? (...)O que eu acho que vai ter de marco e que vai para além de uma primavera feminista, foi dentro de um

³⁵ O mesmo número é utilizado no pleito de 2018 por Isa Penna, candidata pela segunda vez para deputada estadual pelo estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.eleicoes2018.com/isa-penna/>>. Último acesso em 20/09/2018.

processo de alguns anos, que vai ser mais importante, é que você vai ter uma geração marcada e que entrou na universidade e que começa à produzir saberes dentro da universidade, e aí uma das coisas toscas da militância de querer destruir a universidade, e aí pode dar as mãos para os evangélicos e com a direita católica, querendo destruir o saber universitário e tal, é que na universidade se abrem novos campos de estudo, de questão de gênero ou mesmo no que já tem, abre novas perspectivas para o que já existe no estudo, no campo feminista... romper relações de poder que existem, trazer denúncias. (COPPIETERS, 2018).

Considerações finais

De modo geral, em ambos os grupos é possível notar um consenso em relação a “primavera feminista” representar um importante movimento de expansão, identificação e coesão de mulheres através da internet (em menor proporção nas ruas) e, conseqüentemente, sua contribuição para maior visibilidade e estabelecimento de uma agenda mais coesa para candidaturas feministas, resultando na eleição de uma representante para a Câmara de São Paulo. Por outro lado, foi possível identificar um diálogo abaixo da expectativa das próprias feministas entre sociedade civil e representantes políticas.

Em relação aos blogs, é importante apontar problemas para identificar quem são as responsáveis, dinâmica das páginas, além da dificuldade de encontrar informações acerca de temas específicos como no caso da “primavera feminista”. Esta situação é mais dramática no “Não me Kahlo”, enquanto que o “Think Olga” é mais claro neste sentido.

Por outro lado, no que diz respeito a mobilização e produção de conteúdo acerca da “primavera feminista” é importante destacar o empenho das blogueiras em produzir conteúdo que informe e, em casos mais complexos, explique de forma didática as questões colocadas nas diversas manifestações nas redes do período destacado, utilizando linguagem, gráficos, artes e hashtags que possibilitam que o conteúdo produzido tenha mais capacidade de disseminação na rede. Trata-se aqui de um bom domínio das ferramentas da internet para os fins buscados, como os números apresentados das ações demonstram.

É importante ainda destacar o empenho do blog “Think Olga” em dar visibilidade para mulheres que atuam nas instituições políticas junto com outras “mulheres inspiradoras” de diversos campos da sociedade. Acrescenta-se ainda o trabalho de

organização e explicação sobre o fenômeno “primavera feminista”, o que auxilia pessoas leigas acerca dos episódios e alguns desdobramentos pós-2015.

Da mesma forma em que os blogs acenam para uma aceitação das feministas políticas, nota-se nesta nova geração da cidade de São Paulo uma tentativa de maior aproximação com as mulheres na sociedade civil, de forma independente do partido político. Assim, é possível notar uma maior atenção com a agenda da mulher, o que a eleva a importância da agenda, que não fica secundarizada como em outros momentos.

Percebe-se assim uma maior articulação identitária baseada em reconhecimento, equivalência e transversalidade no campo das mulheres, apesar de alguns problemas e debates ainda distantes de uma resolução como aquela acerca de mulheres trans no campo do feminismo, o que é evidenciado por algumas críticas de Coppieters, entrevistada para este trabalho.

No âmbito dos resultados políticos, é importante notar que as candidatas com maior tempo de vínculo do partido obtiveram as melhores votações, provavelmente por usufruírem de maior atenção e capacidade de mobilização interna para suas campanhas. Corrobora para esta leitura o fato da candidatura de Coppieters ter se aproveitado de uma situação conflituosa entre a filósofa e um ator em decadência que ficou famoso por insultar e ameaçar minorias e pessoas de espectro político oposto ao dele; e, a dificuldade relatada de Vasconcellos para compreender a dinâmica eleitoral que acabou por restringi-la a apenas quinze dias de campanha, o que nota falta de atenção e orientação do partido nesta questão.

Ainda assim, é notável o esforço do PSOL em acolher novas personagens e ativistas políticos de diversos campos da luta política, tais como as mulheres aqui analisadas, mas também LGBTQ+, negras e negros, indígenas, dentre outros, que tem a possibilidade de promover articulação entre sociedade civil organizada e partido afim de produzir agendas mais orgânicas e identificadas com as representadas e representados. É inegável que ainda ocorrem desajustes, dadas diversas dificuldades na interação entre movimentos e partido, mas a abertura para o diálogo é certamente um passo à frente.

Referências bibliográficas

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil** [ebook]. São Paulo, Boitempo, 2018.

BOMFIM, S. **Entrevista com Sâmia Bomfim**. Entrevistadores: Luana Hanaê Gabriel Homma e Paulo Roberto Elias de Souza. São Paulo – SP, 2018.

COPPETIERS, L. **Entrevista com Luiza Coppetiers**. Entrevistadores: Dulcilei da Conceição Lima e Luana Hanaê Gabriel. São Paulo – SP, 2018.

GOMES, L. P. V. **Elegendo mulheres - ideologia partidária, feminismo e inclusão de mulheres na política**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LIMA, D. da C.; HOMMA, L. H. G.; SOUZA, P. R. E. de. Narrativas midiáticas em disputa: informação e contrainformação política no caso Claudia Silva Ferreira. **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu - MG, 23 a 23 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt17-21/10755-narrativas-midiaticas-em-disputa-informacao-e-contrainformacao-politica-no-caso-claudia-silva-ferreira/file>>.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc/Cebrap, 2016.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo, Boitempo, 2014.

MOUFFE, C. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NÃO ME KAHLO. Blog. Disponível em <<http://www.naomekahlo.com/>>.

ODARA, Norma. **2015: A primavera das mulheres que floresceu**. Brasil de Fato, dez. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/33815/>. Acesso em 20 set. 2018.

PENNA, I. **Entrevista com Isa Penna**. Entrevistadora: Luana Hanaê Gabriel Homma. São Paulo – SP, 2018.

SANTOS, M. B. P. dos; PENTEADO, C. L. de C.; ARAUJO, R. de P. A.. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei". **Revista Sociologia e Política** [online]. 2009, vol.17, n.34, pp. 159-181.

TADINI, G. A. **""primavera feminista"" e as eleições municipais de 2016**. Portal de laIzquierda, out. 2016. Disponível em: <<http://portaldelaizquierda.com/en/2016/10/a-primavera-feminista-e-as-eleicoes-municipais-de-2016/>>.

TEXEIRA, A. C.; ZANINI, D.; MENESES, L. O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu-MG, 2017.

THINK OLGA. Blog. Disponível em <<https://thinkolga.com>>.

VASCONCELLOS, A. **Entrevista com Adriana Vasconcellos**. Entrevistadores: Luana Hanaê Gabriel Homma e Paulo Roberto Elias de Souza. São Paulo – SP, 2018.